

Demonstrações contábeis

Energia dos Ventos IV S.A.

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Energia dos Ventos IV S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos IV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.12, em decorrência das mudanças política contábil de classificação de títulos e valores mobiliários mantidos em contas de depósitos vinculados à operações de empréstimos, que foram reclassificados do ativo não circulante para o ativo circulante pela Companhia em 2023, em razão dos motivos descritos na referida nota, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Energia dos Ventos IV S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			Reapresentado
Circulante		29.296	29.573
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.840	1.119
Investimentos de curto prazo	5	361	6.025
Títulos e valores mobiliários	6	21.472	18.870
Contas a receber de clientes	7	3.924	2.627
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		662	-
Outros tributos compensáveis		3	2
Outros ativos		1.034	930
Não circulante		140.956	144.952
Tributos e contribuições sociais a compensar		87	-
Depósitos Judiciais		10	10
Imobilizado	8	136.624	141.073
Intangível		4.235	3.869
Total do ativo		170.252	174.525
Passivo			
Circulante		13.992	13.644
Fornecedores	9	2.525	1.243
Partes relacionadas		6	2.232
Empréstimos e financiamentos	10	6.188	5.738
Arrendamentos	13.1	30	27
Salários, férias e encargos sociais		333	42
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	260
Outros tributos a pagar		609	198
Dividendos a pagar	13.1	91	1.338
Provisão para constituição de ativos	11	2.558	2.558
Provisão de ressarcimento		1.556	-
Outros passivos		96	8
Não circulante		63.736	68.650
Empréstimos e financiamentos	10	63.592	68.539
Arrendamentos	13.1	83	111
Provisão para contingências		61	-
Patrimônio líquido		92.524	92.231
Capital social	14	87.214	87.214
Reservas de lucros		5.310	5.017
Passivo e patrimônio líquido		170.252	174.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	19.188	20.317
Custos operacionais			
Ajuste Negativo - CCEE		(3)	(37)
Encargos do uso da rede elétrica		(8)	-
Custos dos serviços prestados		(7.199)	(5.178)
Depreciação e amortização		(6.242)	(6.201)
	16	(13.452)	(11.416)
Lucro bruto		5.736	8.901
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais		(560)	(583)
Pessoal		(806)	(190)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(158)	-
Depreciação e amortização		(28)	(30)
Outras receitas operacionais		-	1
	16	(1.552)	(802)
Lucro antes do resultado financeiro		4.184	8.099
Despesas financeiras	17	(6.490)	(6.824)
Receitas financeiras	17	2.855	3.070
		(3.635)	(3.754)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		549	4.345
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(252)	(1.673)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	87	-
Lucro líquido do exercício		384	2.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	384	2.672
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	384	2.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91.373	197	2.782	-	94.352
Redução de capital	(4.159)	-	-	-	(4.159)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.672	2.672
Reserva legal	-	134	-	(134)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(634)	(634)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.904	(1.904)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	87.214	331	4.686	-	92.231
Redução de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	384	384
Reserva legal	-	19	-	(19)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(91)	(91)
Transferência para reserva de lucros	-	-	274	(274)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.214	350	4.960	-	92.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		549	4.345
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		6.270	6.231
Encargos de dívidas empréstimos	10.b	6.341	6.700
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		61	-
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		9	14
Receita de aplicações financeiras		(2.993)	(3.070)
		10.237	14.220
Aumento (redução) no ativo			
Contas a receber de clientes		(1.297)	(244)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		(749)	(479)
Adiantamento a fornecedores		34	(1)
Outros ativos circulantes		(138)	(150)
		(2.150)	(874)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		1.282	(287)
Salários, férias e encargos sociais		291	(66)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(260)	40
Outros tributos a pagar		411	-
Outros passivos circulantes		1.631	-
		3.355	(313)
Imposto de renda e contribuição pagos sobre o lucro		(659)	(1.268)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		10.783	11.765
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		2.545	1.396
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.821)	(1.242)
Resgates em investimento de curto prazo		13.876	12.088
Aplicações em investimento de curto prazo		(7.545)	(8.844)
Adições no imobilizado	8	(1.300)	(447)
Adições no intangível		(378)	(10)
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos		4.377	2.941
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital		(2.225)	(3.645)
Pagamento de dividendos		(1.339)	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.b	(5.618)	(5.186)
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos	10.b	(5.220)	(5.506)
Amortização de principal de arrendamentos		(28)	(24)
Amortização de juros s/ arrendamentos		(9)	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(14.439)	(14.375)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		721	331
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	1.119	788
Saldo no final do exercício	4	1.840	1.119
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		721	331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de reais)*

1 Contexto Operacional

A Energia dos Ventos IV S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 442 de 24 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pitombeira, constituída de quinze unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter treze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 27.300kW de capacidade instalada e 14.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.650, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.142 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 12 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

Em 2023 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real, e em 2022 estava enquadrada no lucro presumido. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – Lucro Real 1,65%; Lucro Presumido 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%, Lucro Presumido 3,00%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; e,
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real em 2023 e Lucro Presumido em 2022, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 207,65 MW/h (R\$ 197,64 MW/h em 2022), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 99,80 MH/h (2022 não houve comercialização no ambiente livre).

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.11 Provisão de Ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

3.12 Reapresentação dos valores

A Administração da Companhia reclassificou e está reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado não sofreram impactos e não foram reapresentadas.

31/12/2022				
		Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante		11.230	18.343	29.573
Outros Ativos		4.678	-	4.678
Investimentos de curto prazo		6.552	(527)	6.025
Títulos e valores mobiliários	(i)	-	18.870	18.870
Não circulante		163.295	(18.343)	144.952
Títulos e valores mobiliários	(i)	18.343	(18.343)	-
Outros ativos		144.952	-	144.952
Total do ativo		174.525	-	174.525
Passivo Circulante		13.644	-	13.644
Não circulante		68.650	-	68.650
Patrimônio líquido		92.231	-	92.231
Total do passivo e do patrimônio líquido		174.525	-	174.525

(i) A Administração da Companhia reavaliou seus Títulos e Valores Mobiliários e efetuou a reclassificação contábil, do ativo não circulante para o ativo circulante, nesta data-base e em 31 de dezembro de 2022. Essa reclassificação trouxe impacto relevante para o ativo circulante. Dessa forma as demonstrações contábeis comparativas estão sendo reapresentadas após mudança de política contábil.

3.13 Novas normas e interpretações

Em vigor desde 1º de janeiro de 2023:

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes:

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023 e 31/12/2022	31/12/2023		
Banco conta movimento	-		1.838	731
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI		2	388
			1.840	1.119

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Fundo de Investimento - STA Energia	101,94% do CDI	102,06% do CDI	361	6.025
			361	6.025

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração		31/12/2023	31/12/2022
		31/12/2023	31/12/2022		
Aplicação pós fixada	BNDES	99,81% do CDI	99,81% do CDI	18.812	16.745
Aplicação pós fixada	Debêntures - Windepar	99,81% do CDI	99,81% do CDI	2.660	2.125
				21.472	18.870

Aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.207.781 e 19.205.981 celebrados entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação do parque eólico, o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáú e em garantia do contrato de debêntures da sua controladora Windepar conforme instrumento particular de escritura da 1ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica	3.924	2.627

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Outros (i)	31/12/2023
<u>Em serviço</u>					
Terrenos		2.550	-	-	2.550
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	4.840	680	-	5.520
Máquinas e Equipamentos	4%	166.508	620	4	167.132
Direito de uso de arrendamento	12%	250	-	-	250
<u>Em curso</u>					
Material em depósito (ii)		1.836	-	-	1.836
Sistema de Conexão e Transmissão		3.819	-	-	3.819
Máquinas e Equipamentos		-	-	508	508
Total do custo do imobilizado		179.803	1.300	512	181.615
<u>Depreciação</u>					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(676)	(157)	-	(833)
Máquinas e Equipamentos		(37.930)	(6.074)	-	(44.004)
Direito de uso de arrendamento		(124)	(30)	-	(154)
Total da depreciação		(38.730)	(6.261)	-	(44.991)
Total do imobilizado líquido		141.073	(4.961)	512	136.624

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Outros (i)	31/12/2022
Em serviço					
Terrenos		2.550	-	-	2.550
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	4.840	-	-	4.840
Máquinas e Equipamentos	4%	166.063	445	-	166.508
Direito de uso de arrendamento	14%	290	-	(40)	250
Em curso					
Material em depósito (ii)		1.834	2	-	1.836
Adiantamento a fornecedor		-	-	-	-
Sistema de Conexão e Transmissão		3.819	-	-	3.819
Total do custo do imobilizado		179.396	447	(40)	179.803
Depreciação					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(525)	(151)	-	(676)
Máquinas e Equipamentos		(31.883)	(6.047)	-	(37.930)
Direito de uso de arrendamento		(94)	(30)	-	(124)
Total da depreciação		(32.502)	(6.228)	-	(38.730)
Total do imobilizado líquido		146.894	(5.781)	(40)	141.073

(i) Outros refere-se a remensuração do arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

(ii) Imobilizado em curso referem-se a sobressalentes destinados à substituição em caso de falha das unidades geradoras principais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

9 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	2.525	1.243

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Encargos	Vencimento	31/12/2023			31/12/2022			
		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
Moeda nacional - circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP + 2,18%	15/10/2032	4.798	193	4.991	4.391	205	4.596
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	1.221	16	1.237	1.167	20	1.187
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	(40)	-	(40)	(45)	-	(45)
Total			5.979	209	6.188	5.513	225	5.738
Moeda nacional - não circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP + 2,18%	15/10/2032	54.019	-	54.019	58.234	-	58.234
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	9.573	-	9.573	10.305	-	10.305
Total			63.592	-	63.592	68.539	-	68.539
Total geral			69.571	209	69.780	74.052	225	74.277

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 07 de março de 2016 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 81.041, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização se iniciou em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de Dezembro de 2019 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento /Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos IV S.A., é de R\$ 11.900, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano de taxa de juros pré-fixada + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2023 o ICSD Consolidado foi cumprido.

(b) As movimentações dos empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	Encargos de dívidas (nota 17)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2023
Moeda nacional					
BNDES nº 15.2.0778.1	62.831	5.409	(4.417)	(4.812)	59.011
BNDES nº 19.2.0598.1	11.492	927	(1.201)	(408)	10.810
(-) Custo de captação - a amortizar	(46)	5	-	-	(41)
Total	74.277	6.341	(5.618)	(5.220)	69.780

	31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 17)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES nº 15.2.0778.1	66.394	5.550	(4.040)	(5.073)	62.831
BNDES nº 19.2.0598.1	11.925	1.146	(1.146)	(433)	11.492
(-) Custo de captação - a amortizar	(50)	4	-	-	(46)
Total	78.269	6.700	(5.186)	(5.506)	74.277

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2025	2026	2027	2028	2028	Após 2029	Dívida Total
5.908	6.853	7.313	7.810	8.348	27.360	63.592

11 Provisão para constituição de ativo

Natureza	31/12/2022	31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	2.558	2.558

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem demandas judiciais, administrativas ou arbitrais dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. A demanda com probabilidade de perda provável resume-se à:

(i) Demandas trabalhistas: atualmente existe 01 processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 66.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 29 de dezembro de 2023, merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Cíveis: atualmente existe 01 processo judicial de natureza Cível (fundiário), de valor em risco aproximado em R\$ 46. Não há processos relevantes que devam ser destacados.

(ii) Demandas Regulatórias: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, Companhia, Alupar Investimento S.A. (controladora da Companhia), bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos I S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 93 e (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Demandas Tributárias/Ambientais/Arbitrais: não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

13 Partes relacionadas

13.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos mínimos obrigatórios - Windepar Holding S.A	91	1.338
Redução de capital - Windepar Holding S.A	-	2.226
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	30	27
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	6	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A	2	2
	129	3.593
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	83	111
	83	111

B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<u>Custos - partes relacionadas</u>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	16	(28)	(26)
<u>Despesas - partes relacionadas</u>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(25)	(25)
Reembolso de despesa - Alupar Investimento S.A		(212)	(185)
		(265)	(236)

(*) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia liquidou o contrato de mútuo celebrado entre a Acionista Windepar Holding S.A. (“Acionista Windepar”) no valor de R\$ 2.454.

Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 2.678. A Companhia realizou a devolução aos acionistas em duas fases sendo, R\$ 966 realizado em 16 de dezembro de 2021 e R\$ 1.712 em 14 de junho de 2022.

Em 08 de setembro de 2022 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 4.159, vide Nota Explicativa nº 14 – Patrimônio Líquido. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia realizou parte da devolução aos acionistas no valor de R\$ 1.933.

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

13.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	81.047	59.011
Alupar/Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	11.900	10.810

13.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 08 de setembro de 2022 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 91.373 para R\$ 87.214, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 4.159.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 87.214 (R\$ 87.214 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 95.942.065 ações ordinárias (95.942.065 em 31 de dezembro de 2022) conforme segue:

31/12/2023		31/12/2022		
Ordinárias		Ordinárias		
Quantidade	%	Quantidade	%	
Windepar Holding S.A.	95.942.064	99,99	95.942.064	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	95.942.065	100,00	95.942.065	100,00

Reservas de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 350 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 331 em 31 de dezembro de 2022.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 4.960 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 4.686 em 31 de dezembro de 2022.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	384	2.672
Reserva legal	(19)	(134)
Subtotal	365	2.538
Dividendo mínimo obrigatório	(91)	(634)
Reserva de lucros	(274)	(1.904)
Saldo de lucros do exercício	-	-

15 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - Ambiente regulado (*)	20.636	21.123
Suprimento de energia - Ambiente livre (*)	157	-
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	759	61
	21.552	21.184
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(403)	(138)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.858)	(636)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(103)	(93)
	(2.364)	(867)
Receita operacional líquida	19.188	20.317

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento, conforme política apresentada na nota explicativa nº 3.11

16 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2023		31/12/2022	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(103)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(19)	(2)	(53)	-
	(122)	(2)	(53)	-
Custos gerenciáveis				
Ajuste negativo - CCEE	(3)	-	(37)	-
Seguros	(475)	(5)	(367)	(3)
Alugueis	(1.425)	(10)	(144)	(17)
Pessoal	(68)	(806)	(67)	(190)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(158)	-	-
Provisão (reversão) para contingências	(61)	-	-	-
Material	(127)	(3)	(449)	(89)
Serviços de Terceiros	(4.876)	(488)	(4.053)	(451)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	13.1 (28)	-	(26)	-
Outros	(25)	(52)	(19)	(23)
Outras receitas operacionais	-	-	-	1
	(7.088)	(1.522)	(5.162)	(772)
Depreciação e Amortização	(6.242)	(28)	(6.201)	(30)
	(6.242)	(28)	(6.201)	(30)
	(13.452)	(1.552)	(11.416)	(802)

17 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras	18	2.855	3.070
Total		2.855	3.070
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10.b	(6.350)	(6.700)
Outros		(140)	(124)
Total		(6.490)	(6.824)
Total Líquido		(3.635)	(3.754)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Nota	Lucro Real	
		31/12/2023	
		IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		549	549
Reversão do efeito da alíquota lucro presumido			
Base de cálculo		276	265
Base de cálculo IRPJ e CSLL		825	814
Compensação de prejuízo Fiscal 30%		-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação		825	814
IRPJ (15%) e CSLL (9%)		124	73
Base de cálculo		59	
Deduções e Incentivos Fiscais			
(-) PAT		(3)	
Outros Ajustes			
Total dos tributos correntes		179	73
Tributos Diferidos	18.1	(64)	(23)
Tributos diferidos		(64)	(23)
Total dos tributos		115	50
Alíquota efetiva		30,05%	

Lucro Presumido			
31/12/2022			
Nota	Imposto de renda	Contribuição social	
<u>Apuração Lucro Presumido</u>			
Faturamento e Liquidação CCEE	15	21.184	21.184
Alíquota de presunção de lucro		8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%		1.695	2.542
Receita financeira	17	3.070	3.071
Outras receitas		-	-
Base de cálculo IR e CS		4.765	5.613
Alíquota		15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ		10%	-
Total dos tributos correntes		1.168	505
Outros ajustes		-	-
		1.168	505

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferido referem-se aos efeitos fiscais futuros atribuíveis ao reconhecimento da extensão do prazo de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota extrínseca nº 3.5.

	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2023
<u>Ativo (i)</u>			
Base de cálculo	-	-	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	64	64
	-	64	64
Base de cálculo	-	-	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	23	23
	-	23	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	-	87	87
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	87	87

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo, classificação e hierarquia dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	1.838	1.838	731	731	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2	2	388	388	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	361	361	6.025	6.025	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	21.472	21.472	18.870	18.870	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	3.924	3.924	2.627	2.627	-	Custo amortizado
	27.597	27.597	28.641	28.641		
Passivo						
Fornecedores	2.525	2.525	1.243	1.243	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	69.780	69.780	74.277	74.277	-	Custo amortizado
	72.305	72.305	75.520	75.520		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

			Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Aplicações financeiras automáticas	CDI	2	0	0	0	0	0
Investimentos e curto prazo	CDI	361	16	23	31	39	47
Títulos e Valores mobiliários	CDI	21.472	927	1.390	1.853	2.316	2.780

				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023 (*)		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				3,27%	4,90%	6,53%	8,16%	9,80%
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP +	2,18%	58.817	3.244	4.226	5.207	6.188	7.169
				1,80%	2,70%	3,60%	4,50%	5,40%
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA +	1,68%	10.794	379	478	576	675	774

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

20 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 56 em 31 de dezembro de 2022) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	228.552	218	10/12/2024
Risco de responsabilidade civil geral	10.000	3	10/12/2024
Risco de responsabilidade civil (D&O)	5.000	1	28/08/2024
Total	243.552	222	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado no parque eólico.

* * *

João Paulo Mendes do Nascimento
CRC 1SP218586/O-1
Contador